

MUNDARÉU

MUNDARÉU - UM PODCAST DE ANTROPOLOGIA Uma parceria entre o LABJOR/Unicamp e o DAN/UnB

Terceira Temporada Episódio 15 – Terra

Transcrição do roteiro: Max Messias e Rai Almeida (UnB)
Revisão da transcrição do roteiro: Irene Chemin e Soraya Fleischer (UnB)

Legenda:

Blocos

Sonoplastia

ABERTURA

Música de abertura: “Ode ao Bozo”, Gatunas. Solo de guitarra, melodia rápida com levada aventureira. Bateria ao fundo. Os instrumentos dão uma rápida pausa, para a primeira frase cantada da estrofe e, em seguida, acompanham a voz feminina num balanço de rock e ska. A guitarra faz o contratempo com a voz e, ao final da estrofe, a voz cessa e os instrumentos seguem em volume reduzido ao fundo da voz da apresentadora.

Esse cara é retrocesso

Ele não sabe de nada

Governa por decreto

Ainda banca de esperto e defende gente armada

Soraya: Oi, gente. Esse é o Mundaréu, um podcast de divulgação científica, produzido pela Universidade de Brasília e a Universidade Estadual de Campinas. Eu sou a Soraya Fleischer, da UnB, e com a minha colega Daniela Manica, da Unicamp, estamos começando a terceira temporada do Mundaréu, agora em 2022. Nós esperamos que seja realmente um ano eleitoral, então, a aposta do Mundaréu nesse ano é que os episódios possam trazer argumentos fortes, histórias bonitas e muita coragem para fortalecer a comunidade antropológica e todas as comunidades que estão conosco, e com quem trabalhamos, e com quem convivemos e com quem especialmente aprendemos. Então, uma temporada para enfrentar essas eleições, de frente, de forma combativa ou como tenho chamado, de forma punk.

Música: Vozes femininas e o instrumental composto por guitarra, bateria e baixo. Rock hardcore.

Se cuida, se cuida, se cuida, seu machista, a América Latina vai ser toda feminista.

Se cuida, se cuida, se cuida, seu machista, a América Latina vai ser toda feminista.

Se cuida, se cuida, se cuida, seu machista, a América Latina vai ser toda feminista.

Soraya: Nesse episódio, nós vamos tratar do tema da terra. A terra tem se constituído como um problema histórico há 500 anos nesse país a partir de um projeto colonizador sobre esse território,

sobre as suas populações, um projeto de dizimação das pessoas, das suas vidas, das suas tradições, dos seus sonhos. E, por exemplo, o debate todo que temos visto aí sobre o marco temporal na verdade é muito mais um marco de como nós temos dificuldade de considerar esses territórios como parte central da vida dessas pessoas. Então, vamos lá. Algumas ressalvas rápidas. Nós continuamos gravando em casa, então vocês irão ouvir barulhos de casa. Nós vamos bipar um nome específico e vocês vão entender qual é, para nos proteger desse momento tão fascista que estamos vivendo. Bom, para traduzir o que é e o que faz a antropologia, o Mundaréu, como vocês já sabem, sempre traz duas convidadas: uma antropóloga e uma interlocutora. Nesse episódio, as duas integram o T/terra, que é um laboratório dedicado ao tema da terra no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, mas dessa vez, eu vou deixar que elas se auto apresentem num jogral bem simpático.

Carolina: Oi pessoal, é, então, eu sou a Carolina Santana.

Andressa: Bom. Oi, gente, eu sou Andressa, Andressa Lewandowski.

Carolina: Sou advogada, é, formada na Universidade Federal do Paraná.

Andressa: É, eu sou antropóloga, professora de Antropologia na Unilab. Sou doutora em Antropologia pela UnB, foi assim que eu conheci a Soraya. A Carol eu já conheço há alguns anos. Como ela disse, a gente participou juntas do movimento estudantil em alguns momentos, né, na graduação.

Carolina: Então, é, depois que eu terminei a graduação eu fui fazer o mestrado no Rio de Janeiro e estudei essa relação tão assimétrica, absurdamente assimétrica do Direito com os povos indígenas.

Andressa: Eu voltei a encontrar a Carol, enfim pelo, pela própria terra, pela própria discussão da terra indígena né. Eu fiz minha etnografia no Supremo Tribunal Federal, não era sobre terra, era sobre o Direito, Antropologia do Direito, e quando eu terminei o doutorado, enfim, por uma parceria com a professora da UnB também, a professora Marcela Coelho de Souza, que vai dar no laboratório de Antropologia da terra... É, eu me envolvi mais no tema fundamental da demarcação de terras indígenas e nos entendimentos do Supremo, que quê é que tava acontecendo naquele momento.

Carolina: Eu, então, entrei no doutorado em direito na UnB em 2018 e eu acho que foi assim que eu e a Andressa nos reaproximamos, assim, que as nossas trajetórias se reencontraram. Mas esse tema da terra e do judiciário, né, de pensar o judiciário é fizeram nossas trajetórias se reencontrarem.

PARTE 1: A “questão da terra”

Música de transição #1: Instrumental suave, notas agudas e melodia circular. Batida calma e seca ao fundo.

Soraya: Eu gostaria de começar pedindo para vocês explicarem o termo que demarcação de terra, a gente ouve muito esse termo e acho que é importante o episódio começar com uma bela explicação do que que se trata.

Carolina: Eu tô rindo aqui, gente, porque eu escrevi um pouco antes de entrar aqui, um parágrafo pra minha tese explicando isso (gargalhada)... E é muito curioso porque eu fiquei pensando como explicar da forma mais, é, didática, menos enrolada, né, assim que tem muito juridiquês também no meio do assunto. Então, basicamente, demarcação é o nome genérico que a gente dá pra um processo administrativo, é, que faz a identificação e a delimitação de uma terra indígena tradicional, basicamente é isso. E ele tem, a gente poderia dizer, a grosso modo, três fases específicas, a primeira que é a delimitação, o estudo feito por um grupo coordenado por um antropólogo, um grupo

interdisciplinar. Então, essa é a primeira fase que é conhecida como delimitação. A segunda fase é quando o processo vai para o Ministério da Justiça, e aí, ela, ele...ele, depois de análise política e jurídica, eu gosto de frisar isso. E o terceiro grande momento desse processo que a gente chama genericamente de demarcação é a homologação da terra indígena que ocorre na Casa Civil da Presidência da República. Então, é um processo administrativo bastante complexo, regido por três normativas: o Artigo 231 da Constituição, o Decreto 1775 de [19]96 e a Portaria 14 da Funai.

Andressa: Eu acho talvez importante dizer, né, que esse processo é um processo administrativo e não jurídico, né, a princípio, embora ele tenha, nos últimos anos, está sendo cada vez mais judicializado e é um processo de reconhecimento, né. Uma terra indígena existe e o Estado a reconhece, né, ele não cria uma terra indígena nos termos jurídicos, né, ele a reconhece. Ele reconhece um direito que já estava lá. A homologação é um ato de reconhecimento, portanto. Acho que isso é importante frisar.

Carolina: Exatamente, ele é um ato, a gente diz no Direito que ele é um ato declaratório e não constitutivo. Ele só declara que esse direito é originário e existia, antes da, né, da nossa ficção aí de criação, nosso mito de origem do Estado. Mas uma outra coisa que eu acho interessante falar pra quem não é dessa área é, do Direito, é que, embora o processo seja administrativo e não jurídico, eu gosto de frisar isso por conta dos argumentos que vêm sendo trazidos reiteradamente, é, né, pela bancada ruralista de que o contraditório administrativo é malfeito ou que o contraditório administrativo seria imparcial porque é feito pela administração pública. Então, assim, embora ele seja um processo administrativo e não jurídico, ele tem análise jurídica, feita pelos advogados da União, pelos procuradores, e de fato, o contraditório, ele é feito pela administração como qualquer processo administrativo porque é um processo administrativo.

Soraya: Bom, aí, vocês podem dar um exemplo pra gente do que seria uma “questão da terra”? Pra trazer mais pra perto das pessoas que não são etnólogas, ou não são indígenas, ou que não, enfim, não são nem operadoras do Direito, né, que não dominam um pouco essa discussão.

Carolina: Olha, vou começar aqui pensando alto. Eu acho que, sob uma perspectiva ainda diferente, né, dessa que a gente trabalha com os povos indígenas, eu acho que tem uma questão que a gente pode colocar como similar da questão fundiária, né, que eu acho que é uma das dimensões da questão da terra no Brasil, né. É uma questão muito voltada pra posse, propriedade. Então, existe uma questão sobre o uso da terra, que é uma questão, assim, fundiária e que, com o passar do tempo, especialmente depois da Constituinte, né, quando a gente começa a pensar a função social aí, da propriedade de forma mais constitucional no Brasil, é uma das dimensões, eu diria, da questão da terra, né. E aí eu acho que eu vou passar a bola pra Andressa pra ela falar dessa virada aí que a Antropologia procura fazer.

Andressa: Bom, acho que a gente tem no Brasil uma configuração de povos indígenas e povos tradicionais, que são ribeirinhos, quilombolas, enfim, vários outros, né, povos tradicionais que, cada vez mais se reconhecem, e reconhecem justamente, essa sua relação com a terra, que não é uma relação, que eu vou botar aqui genericamente, como proprietário, uma relação de abuso, exploração da terra. Então, quando aparecem essas territorialidades, o que elas dizem? Elas dizem justamente que essa relação não é uma relação extrativista com a terra. Ela é uma relação de composição, né. Os povos, tanto pertencem à terra quanto a terra pertence a eles, né, nesse pertencimento que é recíproco, né, justamente porque se sabe que a vida depende daquele ambiente, né, daquela terra, daquela relação imanente que se pode ter com aquele, com aquele pedaço de chão, que não é só um pedaço de chão, justamente. Né, assim, ele faz e a partir desse chão que se fazem as relações de vida, né, que criam vida, e que criam a vida dessas comunidades. Então, essa é uma relação muito diferente do que a gente pode pensar numa relação de alguém que tem um latifúndio, uma grande fazenda, né, e que tem muito gado ou que tem muita soja, e que essa é uma relação de exploração, justamente. O

que se tem ali é que você usa a terra o quanto mais você puder, você abusa daquele espaço e daquela terra. Porque a terra é um espaço vazio que você põe o gado, a soja ou qualquer outra monocultura e ela vai te dar alguma coisa em troca que é, enfim, lucro, né, assim, o básico da, enfim, da vida econômica capitalista, né, assim. E em contraposição a isso, a gente vê emergir essas outras territorialidades que têm essa relação diferente. Diferente no sentido, estruturalmente diferente. O horizonte não é o horizonte de extrativismo nem de exploração, mas de uma certa coexistência, né, convivência, né.

–**Carolina:** Eu posso fazer uma complementação? É, que não é uma complementação, na verdade é um testemunho (risos). Que, eu acho que, durante a faculdade de Direito, a gente pouco fala disso, né, que a Andressa apontou. Então, a gente tem sempre uma, um ensino muito voltado pras certezas do Direito. E a minha conexão com a Antropologia, e eu acho que a Antropologia me ajudou muito nesse sentido, foi a possibilidade de me "desipnotizar" de uma única história, né, como diz a Chimamanda Adichie, o perigo de uma única história. Eu acho que se a gente for pensar, é, o que é a questão de terra hoje no Brasil, né, eu acho que é, talvez seja a possibilidade de contar mais histórias sobre o que é a terra e ter mais possibilidades de poder conversar sobre isso e também decidir sobre isso, né.

Música de transição #2: Instrumental, destaque para a guitarra com efeito que reverbera e dá profundidade na melodia que se repete. Ritmo lento do maracá. Sons de pássaros e flauta ao fundo.

Andressa: Bom, é eu acho que uma das palavras ou conceitos fundamentais na história da antropologia sempre foi a coisa da tradução. É um antropólogo que se dispõe, né, a conviver durante um período de vida com outro povo, né? Aprender com esse povo, né? A deixar que esse povo, a ouvir o que essas pessoas dizem, né? E deixar que isso seja de alguma forma traduzido no seu trabalho etnográfico, né? Essa foi um pouco me parece o horizonte de um trabalho antropológico. Ela sempre, a terra, aparece na história da antropologia, enfim, desde muito antes de Malinowski, inclusive, né? E essas territorialidades, elas, a questão talvez fosse, né, de como é que você traduzia essas territorialidades que pareciam não serem exatamente o modo como a gente, né? No Ocidente, né, esse... esse mundo euro-americano, né, Ocidental, qual que... qual seja o termo que se queira usar. Como é que era possível traduzir essas territorialidades outras não só a partir dos conceitos que a gente tinha pra traduzir as nossas, né. Que no nosso caso são conceitos jurídicos mesmo, né? O meu esforço, o esforço de vários antropólogos do projeto Terra, não só do projeto Terra, acho que vários outros antropólogos no Brasil, mas no mundo todo, tem tentado justamente fazer uma tradução, que talvez como o Eduardo Viveiros de Castro dizia, ne, um "uma tradução que traia a nossa própria língua". Ou seja, traduzir pensando que você tá traduzindo um equívoco, a terra indígena que aparece na fala, ou enfim, na vida dos povos indígenas no Brasil, não é a Terra Indígena, com letra maiúscula, que aparece ou que é declarada terra indígena por um processo de demarcação. É obvio que tem uma relação entre essas terras, elas articulam, a Terra Indígena com o "T" maiúsculo, ela não é uma ficção, ao contrário disso, né? Mas ela é muito menos do que é uma terra indígena talvez com letra minúscula, e esse é o jogo de palavras que se tenta apontar, né, com o T maiúsculo, T minúsculo. Essa Terra Indígena com letra maiúscula ela é muito menor do que a terra indígena ou a terra que esses povos, né, quando eles dizem, "A terra é vida", né? Essa vida da terra, né, ela não pode, ela não consegue, ela não se limita a terra indígena declarada, embora a terra indígena declarada seja fundamental pra que a vida desses povos continue, né? Então, né, esse equívoco justamente, né, de frisar a importância, né, fundamental da demarcação de terra no Brasil, né? Pra que esses povos continuem existindo nos seus modos de vida, mas frisar também que a terra indígena, né, a terra com letra minúscula, ela é muito mais do que a terra indígena que pode ser demarcada, né? Eu não tô falando que ela é muito mais em extensão, né, "ela é muito maior", não é isso que eu quero dizer. Ela é muito mais talvez em intensidade, né? Ela é cheia de outras relações.

Música de transição #1: Instrumental suave, notas agudas e melodia circular. Batida calma e seca ao fundo.

Daniela: Que tal você tentar nos dar um exemplo de o que os povos estão dizendo sobre a sua terra, o que você aprendeu que os povos podem dizer sobre a sua terra que vai na contramão daquilo que o próprio Direito, o próprio Estado pensa sobre isso?

Andressa: Tem uma história que talvez eu possa contar que no último julgamento, né, quando se tratou e talvez a gente possa falar um pouco mais pra frente, né, do que o Judiciário inventou ou criou e deu o nome de “Marco Temporal de Ocupação” e que começou a ser julgado recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, e que representa, enfim, do meu ponto de vista, um retrocesso enorme em relação às conquistas da Constituição de [19]88 e não só né dos povos indígenas. Mas a gente viu nesse julgamento que ainda não acabou né, que ainda está em andamento, vários e vários advogados e advogadas indígenas e uma delas chega, né, (a gente tá falando de um plenário virtual, né, porque os julgamentos são feitos de modo virtual dado a pandemia, né?). Ela diz o que pra mim foi muito bonito de ouvir, né: “Assim, a nossa terra é feita de animais que se veem a si mesmos como gente e pra nós eles são sujeitos históricos. É dessa terra que se trata, né? Essa terra de bicho, essa terra de planta e essa terra de enfim, de animais que se veem como gente e que portanto são sujeitos históricos, são sujeitos dessa história que essa terra conta”.

Carol: Ah, eu queria contar uma história também (risos), que a Andressa me inspirou. Existe muita gente no Direito que lê sobre a crítica ao Direito, a necessidade do pluralismo jurídico, a necessidade de você desconstruir o Direito, isso tem muita gente que faz. Agora, pouca gente se dispõe a ler as etnografias ou de ler povos indígenas, né, autores indígenas, valorizar não só as narrativas mas esses narradores e eu acho que isso foi crucial pra mim. Uma vez, eu estava na casa de uma antropóloga lá na cidade de Dourados, a antropóloga Lauriene Seraguza, ela me recebeu na casa dela quando eu fui fazer meu trabalho de campo ali nos arredores. E tinha duas cadeirinhas assim sempre a postos ali na entrada da casa da Lauriene. As pessoas sentavam ali e alguém fazia um café e começava uma conversa e dali saíam artigos e saíam ideias pras muitas pessoas, né? E, nesse dia, eu lembro que o Eliel Benites, que é o Guarani Kaiowá e ele é professor também da [Universidade] Federal da Grande Dourados, geógrafo. Eu falei, ele tinha ido buscar a Tatiane Klein que é uma antropóloga que também estava hospedada lá e aí enquanto a Tatiane se arrumava, eu falei, eu vou começar a conversar com o Eliel aqui vou levar ir pra aquelas cadeiras ali e a gente vai começar a conversar... Ele me disse uma coisa que me marcou profundamente e que eu acho que tem a ver com essa diferença de percepção também que a gente está falando aqui, ele falou, “Olha Carol, a demarcação de uma terra indígena é a mesma coisa que você tirar uma foto de um rio, né? Que o rio ele tá em movimento, você vai capturar e isso sem deixar de defender a demarcação”, né? Que é isso que a Andressa tá falando, essa Terra Indígena com o T maiúsculo, aí ela é necessária e os indígenas eles defendem e isso, mas isso não significa dizer que há um pleno acordo, né, de que isso seja o melhor que poderia existir, né? É o que foi possível, é um acordo ali que, não tão simétrico, enfim, mas é o que foi possível. Então, quando ele me disse isso, eu acho que também foi um momento de des-hipnose muito grande ali, assim, né, porque a gente que defende a demarcação da terra indígena, às vezes, a gente tem ela como a melhor coisa que existe, né, e que pode acontecer pros povos indígenas. Mas ela é só uma parcela daquilo que, que de fato existe ali né?

Daniela: Na sua interpretação como antropóloga, que tá trabalhando com essas discussões, qual é o nosso problema, assim, como branco? A gente não sacou ainda que é fundamental o cuidado com essa terra, né? Será que a gente vive hipnotizado, como a Carolina falou, nessa ilusão de que a gente não precisa da terra pra viver, né? Qual que é a sua percepção sobre isso?

Andressa: É eu acho que o debate sobre a terra no Brasil ele é marcado por uma série de o que a gente chamou de *fake news*, né? Uma série de desinformação. Ou seja, de a gente imaginar que essas

grandes fazendas, esses grandes latifúndios que produzem soja, na verdade, estão produzindo alimento. Eles não estão. De imaginar a que as fazendas de gado elas também estão produzindo alimentos e só alimento, mas elas estão produzindo muito mais do que isso, elas estão produzindo aquecimento global, elas estão produzindo efeito estufa. E acho que a percepção, de modo geral, ela é um pouco marcada por esse, por esse desencontro de informações, né, ou seja, de achar que é necessário que você tenha grandes propriedades que produzem soja ou milho ou enfim, né, essas grandes monoculturas e que a nossa vida, na verdade, depende disso. Quando, ao contrário, me parece, né, que a nossa vida, e está claro, né, se você for pros dados, né, de quem produz alimento, de quem produz terra que está viva, né, é a pequena agricultura, né. Quem é que produz conservação ou quem deixa a terra viver ou permanecer viva são as comunidades tradicionais, são os povos indígenas, é a agricultura familiar, é agroecologia, né, essas porções de terra que justamente são muito mais do que propriedades, né? Ou seja, são terras cheias de, cheias de criatividade, cheias de gente, muito mais do que cheias de recursos de exploração, né? Ou elas servem pra muito mais do que você aplainar a paisagem com a soja ou você aplainar a paisagem com o gado, né. Elas produzem também a nossa própria vida, né, porque elas produzem comida, elas produzem um ambiente vivo, tudo isso que a gente precisa pra viver. Mas, de modo geral, esse debate, ele aparece pouco, né, porque a grande campanha que a gente vê midiática enfim dos grandes jornais é de quem produz comida, quem produz vida é o agronegócio, né? Assim, enquanto não é nada disso, né? Enquanto talvez seja importante dizer que não é, né?

Carolina: Tem um vídeo muito legal no YouTube, do Observatório do Clima, que eu acho ele extremamente didático sobre esse falso debate entre terras indígenas ou crescimento da economia pelo agronegócio, né? Então, nesse vídeo, ele demonstra como, isso que a Andressa está falando, se tivesse um incentivo, que as pessoas costumam chamar de “riquezas da floresta”, porque a linha de crédito que se escolhe numa política pública, se ela vai pra soja, se ela vai pro milho ou se ela vai para o manejo de pirarucu, ela faz diferença dentro do seu Produto Interno Bruto, né, faz diferença no crescimento da economia. Então, essa é uma das coisas, que esse vídeo super didático do Observatório do Clima demonstra, com dados e fontes. A outra coisa é que você não precisa abrir mais terras para o negócio continuar crescendo, você precisa trabalhar as terras que já existem. Que muitas vezes é mais barato você desmatar e partir pra outra terra, do que você trabalhar a sustentabilidade ali daquela terra para o próprio agronegócio poder continuar na mesma terra, e não fazer essa política mais barata da terra arrasada, que vai avançando, avançando, avançando.

Soraya: Desipnotizar. Eu gostei demais dessa ideia que a Carolina trouxe, elas foram desconstruindo para nós uma ideia única de terra, a gente foi se desipnotizando de pensar a terra mais como um mote de extração, de extrativismo e de exploração, para pensar a terra de outras maneiras, muito mais numa ideia de composição recíproca.

Música de transição #3: Música eletrônica que remonta de forma lenta trechos melódicos de “Ode ao Bozo”, da banda Gatunas. Melodia reverbera com notas agudas e contrabaixo compassado com batida grave.

PARTE 2: Direitos à terra, à demarcação, à proteção pelo Estado

Daniela: Muito bom! Nessa discussão sobre o Marco Temporal, a gente viu muito nas redes sociais aquele mapa do Brasil né, que tá inteirinho colorido e escrito assim: “terra indígena”. Que faz com que as pessoas imediatamente se lembrem de que nós somos os invasores né, que nós chegamos depois e não é porque a gente instituiu a força um Estado violento que foi acuando seus povos originários pros seus cantinhos que a gente deveria achar que a gente tem o direito de dizer a partir de quando eles podem estar em determinado território com seu direito reconhecido, né. Eu fiquei muito com essa imagem na cabeça e pensando em perguntar para vocês como que é trabalhar nessas

instâncias do Estado sabendo disso, né? Como que foi, Carol, se você puder contar um pouquinho, trabalhar na FUNAI como advogada?

Carolina: Claro, é eu trabalhei na Funai, é por quase dez anos, né? Eu sou dessa, de uma leva que veio de um concurso público que aconteceu depois de muito tempo, um concurso público, então, a Funai, ela é uma instituição que historicamente ela é sucateada então acho que essa é uma das primeiras coisas que é importante colocar desse trabalho né? Ali dentro, Funai, INCRA, ICMBio e órgãos que estão sendo absolutamente atacados, não só a partir de uma ideologia é bolsonarista, mas atacados mesmo no seu funcionamento no cerne né, na sua instituição, no que pode fazer, no que está sendo, né, os servidores públicos acuados com medo de falar inclusive, né. O que que acontecia, você estava numa instituição que tinha o dever institucional, atribuição institucional de defender os direitos dos povos indígenas, mas o seu chefe né, não direto, depois vieram os chefes diretos nomeados, mas o chefe maior do Executivo, e a FUNAI é do Executivo, declaradamente anti-indígena. Então, essa foi uma das coisas que começou, assim, mais estranhas que começou a pesar pra mim assim. Pensar o que que é o indigenismo de Estado né? O que que a gente pode fazer aqui, o que que a gente está fazendo aqui, e enfim essa dificuldade de permanecer ali dentro, do ponto de vista da saúde mental, inclusive, me fez pedir exoneração né? Mas é eu acho que é impossível hoje você conseguir defender os direitos indígenas que, eu repito, é atribuição institucional da Fundação Nacional do Índio, tendo um governo declaradamente anti-indígena, você fica de mãos atadas né? E hoje as políticas públicas que a gente observa elas são extremamente paternalistas e é uma tristeza a gente ver que a gente voltou cinquenta anos no tempo, né?

Soraya: E você, Andressa. Como é que foi fazer pesquisa de campo numa esfera do Estado também.

Andressa: Eu fiz trabalho de campo no STF durante um ano e oito meses, eu fiquei lá. Pra mim, era uma descoberta cada dia de qual era a minha posição lá era, ou seja, do que era ser uma antropóloga no STF né? Cada dia era uma coisa diferente, porque, por vários meses, foi ficar sentada numa cadeira, né, tentando ver o que que é que eu estava tentando observar ali, né? Outras vezes, era criar estratégias para me aproximar das pessoas e daquele conhecimento que pra mim era diferente, né, embora a Antropologia e o Direito tenham relações históricas, né? Então, eu passei esse um ano e oito meses um pouco tentando descobrir isso, né, o que que era ser uma antropóloga no Supremo Tribunal Federal e acho que ela foi mudando durante todo o tempo de pesquisa, né? Ou seja, no tempo que eu passei na cadeira sentada né, tentando ver o que que é que ia sair daquele trabalho de campo, que parecia, no primeiro momento, impossível, né? As primeiras coisas que me passavam na cabeça, “Não vai dar, não vou escrever uma etnografia sentada numa cadeira olhando pra um monte de gente fazendo um monte de coisa que eu não tenho a menor ideia do que seja, né?”. E qualquer intervenção minha podia atrapalhar porque aquelas pessoas estavam fazendo coisas sérias, decidindo vidas de outras pessoas, né? Mas ao longo do tempo isso foi, essa sensação, né, foi diminuindo e fui me familiarizando. Acho que é o trabalho de campo comum, né, de qualquer antropólogo, de modo geral né? Você vai se familiarizando com aquilo você vai se sentindo um pouco mais à vontade, E aí era um pouco também o risco de sentir à vontade demais né? Então, não, não dava também né? Porque, ao contrário de etnólogos ou que fazem trabalhos, enfim, em aldeias indígenas, né, eu estava fazendo um trabalho com gente que eu tinha discordâncias radicais né. A questão indígena, por exemplo, né, quando eu me senti mais à vontade pra dizer, “Olha, acho que essa decisão aqui é um erro”, né? É, era isso, eu precisava me sentir, inclusive, que eu que eu continuava pensando que aquela decisão era um erro né. Dessa coisa que acontece nos julgamentos do Supremo, é possível ver, né, vários dos ministros se referem aos povos indígenas como “pobres”, né? Ou seja, que precisam “ser salvos”, né, de algum jeito porque estão vivendo em situações de miséria em suas terras né? E isso já apareceu em julgamentos referentes a terras indígenas e aí, né, falando, “Gente, né, não tem nada disso”, né? Assim essa equação de um povo indígena e um pobre né e ela é um equívoco, que ela é um equívoco proposital. Ela não é um equívoco porque você tem um desconhecimento, ela é um equívoco

proposital, ela serve pra alguma coisa né? E ela serve justamente pra esses movimentos todos de contra demarcação né? Enfim, eu fui aprendendo, ao longo do tempo, a chegar perto, mas ficar longe ao mesmo tempo né? A não me deixar seduzir demais pelo Direito. O Direito tem isso né? Ele seduz muito rápido na capacidade de você resolver, de você fechar uma questão né? Enquanto a Antropologia, ao contrário, né, ela vai abrindo questões e questões e questões, né, cada vez mais.

Carolina: É legal isso que a Andressa tá falando sobre é a coisa do resolver, né? Eu sempre, me intriga muito a forma como os ministros e os juízes, também de uma forma geral, eles falam dos antropólogos, né? E uma das principais é acusações que os advogados também dos ruralistas fazem aqui, é que o antropólogo ele não poderia fazer o estudo porque ele é imparcial. Então, que ele conhece demais o povo indígena, então, obviamente, ele faria essa proteção né, essa defesa e tal. E sempre me intriga muito o fato de ninguém questionar que o trabalho do advogado ele é basicamente o mesmo, né? O advogado ele precisa ter uma proximidade pra poder falar sobre aquele tema. O Direito ele seduz porque ele consegue te criticar por algo que ele mesmo faz, ne. A Andressa me ajudou muito também nesse, nos caminhos de pesquisa ali no STF, né. Eu lembro que quando eu fui buscar as minhas entrevistas e tentar fazer os meus pedidos de entrevista e tudo ali, a liturgia é tão grande que você não sabe nem por onde começar. E acho que a Andressa foi, de seis anos atrás, a primeira pessoa que formalmente pediu pra estudar aquele lugar, porque tem um ar de semideuses ali.

Andressa: A Antropologia ela tem um compromisso epistêmico com o povo com que você de fato se compromete, né. Isso é lido como parcialidade no Supremo Tribunal Federal e pro Direito, né, enfim, como uma prova de que deve ser descartada né. Então, pensar que um relatório antropológico não é nem uma prova e ele nem é parcial, ne, ele, porque a Antropologia só pode ser parcial nesse limite né, assim, pelo seu compromisso epistemológico com os povos, esses povos que inclusive permitem que os antropólogos se juntem, ne, ou permaneçam com eles.

Carolina: Eu acho que como tem bastante gente da graduação ouvindo, eu espero que a gente consiga fazer isso circular no Direito também. É, mas, a gente demora muito pra entender, eu não sei se os professores no Direito eles acham que os primeiros semestres são, é, um momento de lavagem cerebral e os últimos são para desconstruir algumas coisas, mas a gente demora muito pra entender e pra aprender que a neutralidade, ne, que se exige e a imparcialidade elas são grandes mitos né. Então, no Direito a gente aprende que o juiz ele é um terceiro, imparcial, pererê e pororó e são muitas, assim, talvez, a Antropologia só seja mais sincera com relação a sua imparcialidade, né.

Música de transição #4: Música percussiva com tambor grave e maracá no contratempo.

Soraya: E nesse ano eleitoral, como vocês acham que será a discussão sobre a terra?

Andressa: Que não é de hoje mas a gente vê, né, com o governo Bolsonaro cada vez mais, a importância que é o poderio, né, o poder massivo que tem o agronegócio na política brasileira né? Ou seja, financiando campanha ou mesmo eles mesmo sendo candidatos, né? Enfim, eles têm um poder de fogo enorme, literalmente. Então, a terra não sai, né, da evidência política né? E também é bom lembrar que durante esses três anos de governo Bolsonaro até aqui, as grandes manifestações, aquelas que conseguiram uma mobilização tanto em termos concretos, das pessoas na rua, quanto em termos de mobilização virtual foram as mobilizações indígenas, né? Os acampamentos indígenas, o acampamento das mulheres indígenas que aconteceu esse ano, né? Enfim, as denúncias feitas pelo movimento indígena em relação a, enfim, a ao genocídio né? Implementar as políticas genocidas implementadas por esse governo, né. Assim a importância deles no cenário político nacional e internacional, né, dado que existe uma denúncia em Haia, né, de genocídio que envolve a questão da terra, envolve o tratamento dado a Covid, aos povos indígenas, enfim, elas todas colocam em

evidência, elas fazem aparecer justamente essa questão como uma questão talvez a mais fundamental que a gente tenha hoje pra se discutir em termos do que se chama, né, de, eu não gosto muito desse nome, mas, de “projeto de país” né? É um país que se pode fazer entre os diferentes né, assim, os povos diferentes, ou é um país que se recusa a isso, né? Acho que essa me parece ser uma questão importante e que nunca deixou de ser, mas agora talvez mais do que nunca, né?

Carolina: Olha, eu concordo com tudo o que a Andressa falou. Eu diria, embora eu não seja da Antropologia, posso falar o quanto a Antropologia tem me ajudado, né, a pensar essas questões e eu acho que a Antropologia é crucial pra gente pensar o que é a questão da propriedade né? Eu acho que ajuda a gente a pensar esse lugar, essa instituição, esse conceito de formas muito mais amplas, mais multifacetadas, né, até um certo ponto que a gente perceba a ficção, né, que ela é. E faça a gente começar a pensar por que que até os sujeitos que não são proprietários defendem tanto a propriedade né? Eu acho que isso é o que faz a gente ver tantos discursos de ódio contra essas populações que a Andressa mencionou e também contra os movimentos sociais urbanos que lutam por repensar a propriedade né? Os movimentos sem teto, enfim. Então, eu acho que quando a gente vai tendo essa ajuda, né, do pensar diferente daquilo que é hegemônico, eu acho que, que é muito bom.

Andressa: Tem uma coisa que o Davi Kopenawa fala que talvez ajude, né, ele disse que demarcação é coisa de branco, é branco inventou a demarcação e essa invenção me parece, né, da demarcação é o mínimo que se fez né? Assim, e como o branco inventou, o mínimo que ele pode fazer né, que o Estado pode fazer, é cumprir aquilo que ele mesmo inventou, né, é, portanto, demarcar as terras, né. E embora, como a Carol disse, né, a demarcação ela seja o mínimo, né, embora é isso, a demarcação seja o mínimo, ela precisa ser cumprida, né? E ela nem nunca foi, né?

Música de transição #5: Batida de tambor grave e reverberante marca o início da música. Melodia de guitarra calma e aguda ecoa numa atmosfera profunda. Ritmo de maracá constante.

FECHAMENTO

Soraya: Nunca foi. Nunca foi tomada como um direito, um valor, uma centralidade para o bem-viver. Nesse episódio, Carolina e Andressa reforçam a importância de somarmos **as nossas vozes** às vozes de todos os povos em defesa da demarcação de seus territórios. Elas são duas acadêmicas, estudiosas e também militantes, trabalhando dentro das esferas do Estado, então, elas estão trazendo as perspectivas **delas** sobre essa discussão. É como **elas** falam dessa relação com as populações indígenas, é uma fala sobre territorialidade mediada pelas duas áreas, a Antropologia e o Direito.

Aqui, nosso objetivo foi reunir argumentos para fazer uma Antropologia mais forte, mais combativa. Para facilitar que esse episódio sirva na luta pela demarcação e na defesa desses povos, destaco as ideias fortes que as duas convidadas trouxeram para nós:

- Demarcação de terra indígena e de terra tradicional é um processo administrativo complexo. Com muita análise jurídica e também com contraditório jurídico. Não é simples, não é leviano e não é um processo sumário. Envolve muita gente capacitada e competente.
- A demarcação é um ato de reconhecimento da terra indígena, da terra que já existe, já é usada, já é assim, definida pelas pessoas que ali vivem.
- Terra tem muitas acepções. Pode ser pensada como: um espaço fundiário, uma propriedade, mas ela não é só um pedaço de chão. Na terra, cria-se a vida, numa relação de coexistência entre muitos seres.
- Nós precisamos de mais histórias sobre as terras, sobre as tantas relações que acontecem aí.
- Nós precisamos, de fato, permitir que muitas etapas de des-hipnose, como chama a Carolina, né? Des-hipnose de um conjunto de desinformações sobre a terra no Brasil.

- Por fim, é preciso reconhecer que estamos vivendo num tempo anti-indígena, inclusive, como uma orientação do trabalho dentro das instituições que deveriam defender os direitos dessas populações indígenas.

Música de fechamento: “Ode ao Bozo”, Gatunas. Guitarra, contrabaixo e bateria num balanço de rock e ska ao longo da fala da apresentadora. Ao longo da fala, a batida de rock vai se acentuando, com a guitarra em evidência.

Eu quero agradecer às nossas duas convidadas por esse debate precioso. Agradecer também pela companhia de minha parceira de Mundaréu, a Daniela Manica, a equipe de estudantes da UnB e da Unicamp que montaram esse episódio conosco, Rai Almeida, Bianca Lino, Barbara Correa e Max Messias, e especialmente o Lucas Carrasco que criou composições a partir da vinheta que vai nos acompanhar nessa terceira temporada, a música da banda Gatunas, lá da Paraíba. Na página do Mundaréu, vocês encontraram os materiais citados nesse episódio e os créditos completos. www.mundareu.labjor.unicamp.br

Nós também integramos a Rádio Kere-kere, uma rede de podcasts de divulgação científica da Antropologia. Para quem quiser conhecer outros programas, formatos e também colegas, www.radiokerekere.org

Um abraço bem grande e seguimos na luta.

Música de fechamento: Guitarra fica em evidência ao longo da fala da apresentadora. Vozes femininas entram, acompanhadas por bateria e contrabaixo. Rock pesado, melodia rápida com levada aventureira. Bateria acelerada e com metais.

A gente quer autonomia e não ser silenciada
A gente é luta e resistência ao governo bozo
A gente quer autonomia e não ser silenciada
A gente é luta e resistência ao governo bozo
A gente quer autonomia e não ser silenciada
A gente é luta e resistência a governo autoritário!